

Grupo Omega

**Demonstrações Financeiras
Combinadas em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	3
Balanço patrimonial.	7
Demonstrações de resultados.	9
Demonstrações de resultados abrangentes.	10
Demonstrações mutações do patrimônio líquido.	11
Demonstrações do fluxo de caixa.	12
Demonstrações do valor adicionado.	.13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. (“Companhias”) do Grupo Omega (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Omega em 31 de dezembro de 2016, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação às Companhias, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.1 e 3.5 às demonstrações financeiras combinadas que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um



indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira combinadas das entidades sob controle comum compartilhado indireto do “BJJ Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações” e da “WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações”, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente, e com o propósito de serem utilizadas para fins de captação de recursos por meio da oferta pública de ações da Omega Geração S.A. e pelos acionistas concordarem em aumentar o capital social de Omega por meio da emissão de novas ações ordinárias que serão subscritas por meio da contribuição das ações de emissão de Omega Energia e Implantação 1 S.A., cujos ativos iniciaram sua operação no terceiro trimestre de 2016. A conclusão da operação está sujeita à obtenção da anuência prévia de terceiros, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações combinadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração das Companhias, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar pelas IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Omega. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas às entidades Omega Geração S.A. e Omega Energia e Implantação 1 S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de as Companhias continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar as Companhias ou cessar



suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das Companhias são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das Companhias.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das Companhias. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as Companhias a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas



representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Grupo Omega
Balancos patrimoniais combinados
em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.635	82.139
Clientes	7	51.546	21.538
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		540	648
Tributos a recuperar	9	12.843	12.790
Dividendos a receber	8	1.336	617
Outros créditos		7.775	2.420
Total do ativo circulante		<u>119.675</u>	<u>120.152</u>
Ativo não circulante			
Caixa restrito	10	33.032	26.882
Tributos a recuperar	9	4.237	4.468
Clientes	7	594	3.135
Ativo fiscal diferido	11	3.768	8.289
Outros créditos		743	-
Total Realizável a Longo Prazo		<u>42.374</u>	<u>42.774</u>
Investimentos	12	33.164	28.980
Imobilizado	13	1.203.060	852.023
Intangível	14	20.599	25.223
		<u>1.256.823</u>	<u>906.226</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.299.197</u>	<u>949.000</u>
Total do ativo		<u><u>1.418.872</u></u>	<u><u>1.069.152</u></u>

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Balancos patrimoniais combinados
em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<i>Nota</i>	31/12/16	31/12/15
<i>Passivo circulante</i>			
<i>Fornecedores</i>	15	53.084	19.347
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	16	134.194	107.382
<i>Imposto de renda e contribuição social a recolher</i>		4.606	1.141
<i>Obrigações trabalhistas e tributárias</i>		8.341	5.423
<i>Outras obrigações</i>		11.847	5.169
<i>Provisões diversas</i>	17	27.347	15.342
<i>Total do passivo circulante</i>		239.419	153.804
<i>Passivo não circulante</i>			
<i>Fornecedores</i>	15	11.937	20.268
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	16	653.865	392.421
<i>Passivo fiscal diferido</i>	18	8.542	5.637
<i>Obrigações tributárias</i>		733	-
<i>Total do passivo não circulante</i>		675.077	418.326
<i>Total do passivo</i>		914.496	572.130
<i>Patrimônio líquido</i>			
<i>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</i>	19	430.163	418.663
<i>Participação dos não controladores</i>	19	74.213	78.359
<i>Total do patrimônio líquido combinado</i>		504.376	497.022
<i>Total do passivo e patrimônio líquido</i>		1.418.872	1.069.152

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações de resultados combinados
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto número de ações e resultado por ação)

	<i>Nota</i>	31/12/16	31/12/15
<i>Receita operacional líquida</i>	20	214.002	143.223
<i>Custos da operação e conservação</i>	21	(122.775)	(84.449)
<i>Lucro bruto</i>		91.227	58.774
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
<i>Administrativas, pessoal e gerais</i>	22	(15.103)	(23.443)
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>	23	7.953	118
<i>Resultado de equivalência patrimonial</i>	12	5.626	2.598
<i>Total das receitas (despesas) operacionais</i>		(1.524)	(20.727)
<i>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</i>		89.703	38.047
<i>Receitas financeiras</i>	24	9.332	12.906
<i>Despesas financeiras</i>	24	(59.242)	(40.026)
<i>Despesas financeiras líquidas</i>		(49.910)	(27.120)
<i>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</i>		39.793	10.927
<i>IRPJ e CSLL</i>	25	(11.780)	(8.707)
<i>Lucro líquido do exercício</i>		28.013	2.220
<i>Participação dos controladores no resultado do exercício</i>		11.144	(6.920)
<i>Participação dos não controladores</i>		16.869	9.140
<i>Lucro líquido do exercício</i>		28.013	2.220

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações de resultados abrangentes combinados
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<i>Lucro Líquido do exercício</i>	28.013	2.220
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
<i>Resultado Abrangente total</i>	<u>28.013</u>	<u>2.220</u>
<i>Participação dos controladores</i>	<u>11.144</u>	<u>(6.920)</u>
<i>Participação dos não controladores</i>	<u>16.869</u>	<u>9.140</u>

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Total Atribuível aos controladores</u>	<u>Participação dos não controladores</u>	<u>Total Combinado</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	430.104	84.822	514.926
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	(4.521)	-	(4.521)
<i>Dividendos - Preferencialistas de Asteri</i>	-	(15.603)	(15.603)
<i>Resultado do exercício</i>	(6.920)	9.140	2.220
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>418.663</u>	<u>78.359</u>	<u>497.022</u>
<i>Aumento de capital - Omega E&I I</i>	4.884	-	4.884
<i>Dividendo mínimo obrigatório- Omega E&I I</i>	(7)	-	(7)
<i>Realização da reserva especial de ágio</i>	(4.521)	-	(4.521)
<i>Dividendos - Preferencialistas de Asteri</i>	-	(21.015)	(21.015)
<i>Resultado do exercício</i>	11.144	16.869	28.013
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>430.163</u>	<u>74.213</u>	<u>504.376</u>

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações dos fluxos de caixa
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/16	31/12/15
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes de impostos	39.793	10.927
Ajustes:		
Depreciação e amortização	33.620	29.984
Resultado de equivalência patrimonial	(5.626)	(2.598)
Baixa de imobilizado	-	27
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	(3.193)	(2.703)
Encargos financeiros	40.279	33.253
Atualização monetária de passivos	1.227	2.568
Outras provisões	-	2.674
	<u>106.100</u>	<u>74.132</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Tributos a recuperar	178	1.678
Clientes	(30.072)	(4.535)
Dividendos recebidos	1.336	4.001
Outros créditos	(8.918)	1.083
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	16.209	3.852
Obrigações tributárias	733	-
Outras contas a pagar	26.487	3.887
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.302)	(4.792)
Pagamento de juros	(34.889)	(28.189)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>71.862</u>	<u>51.117</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(345.954)	(188.586)
Aquisição de ativo intangível	(104)	(6.422)
Aplicações financeiras	(22.773)	(17.553)
Resgates de aplicações financeiras	19.816	17.954
Earn out Gargau	(4.019)	-
Caixa Líquido usado pelas atividades de investimento	<u>(353.034)</u>	<u>(194.607)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	363.291	134.879
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(102.492)	(30.320)
Pagamentos de dividendos	(21.015)	(15.603)
Aumento de capital social	4.884	-
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>244.668</u>	<u>88.956</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(36.504)</u>	<u>(54.534)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	82.139	136.673
No fim do período	45.635	82.139
	<u>(36.504)</u>	<u>(54.534)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega
Demonstrações do valor adicionado
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	31/12/16	31/12/15
(=) 1. <i>Receitas</i>	239.812	152.548
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+ 229.533)	152.548
<i>Outras Receitas</i>	(+ 10.279)	-
(=) 2. <i>Insumos adquiridos de 3o.</i>	(98.442)	(65.460)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(- 92.856)	(59.618)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(- 4.517)	(5.921)
<i>Outros</i>	(- 1.069)	79
3. = (1-2) <i>Valor adicionado bruto</i>	141.370	87.088
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(- 33.620)	(29.984)
5. = (3-4) <i>Valor adicionado líquido</i>	107.750	57.104
(=) 6. <i>Valor adicionado recebido em transferência</i>	14.945	15.766
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+ 5.626)	2.598
<i>Receitas Financeiras</i>	(+ 9.319)	13.168
7. = (5+6) <i>Valor adicionado total</i>	122.695	72.870
(=) 8. <i>Distribuição do valor adicionado</i>	122.695	72.870
<i>Pessoal</i>	(+ 6.382)	14.024
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+ 28.986)	16.948
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+ 59.314)	39.678
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+ 28.013)	2.220

As Notas explicativas são parte integrante das informações financeiras combinadas.

Grupo Omega

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 Objetivo das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Omega compreendem as demonstrações financeiras da Omega Geração S.A. (“Omega”) e da Omega Energia e Implantação 1 S.A. (“OE&I 1”) e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades das duas Companhias, independentemente da disposição de sua estrutura societária, para fins da oferta pública de ações de Omega Geração S.A.

A Omega Geração S.A. e da Omega Energia e Implantação 1 S.A. estão sob controle comum compartilhado indireto do BJJ Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e da WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente.

Os acionistas de Omega concordaram em aumentar o capital social de Omega por meio da emissão de novas ações ordinárias que serão subscritas por meio da contribuição das ações de emissão de OE&I 1, cujos ativos iniciaram sua operação no terceiro trimestre de 2016. A conclusão da operação está sujeita à obtenção da anuência prévia de terceiros, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

A sinergia da Omega e OE&I 1 faz com que o Grupo Omega esteja atualmente posicionado de forma singular no mercado brasileiro. As duas empresas funcionam como complemento uma da outra, portanto, demonstrar os negócios combinados é, atualmente, uma ferramenta fundamental para que o mercado tenha a visualização do Grupo como um todo.

Embora não estejam constituídas sob a forma de um grupo nos termos do Art. 265 da Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), as companhias do Grupo Omega apresentam estas demonstrações financeiras combinadas visando demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em suas atividades e o total dos ativos.

1.2 Grupo Omega

As atividades do Grupo Omega (“Grupo”) compreendem substancialmente as seguintes operações e empresas:

(a) Omega Geração S.A.

A Omega Geração S.A. sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

As atividades da Omega são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A Omega e suas controladas e controladas em conjunto têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas.

O portfólio da Omega é atualmente composto por três PCHs, quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

(b) Omega Energia e Implantação 1 S.A.

A Omega Energia e Implantação 1 S.A., com sede no Município de São Paulo, foi constituída em 9 de dezembro de 2011 e transformou-se em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, PCH, Usinas Eólicas e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), e atividades relacionadas, o investimento no capital de outras sociedades nos setores de energia, recursos naturais, infraestrutura ou serviços a estas relacionados.

As atividades da OE&I 1 são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A OE&I 1 e suas controladas operacionais têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de sua PCH e três usinas eólicas. A operação comercial das três usinas eólicas iniciou durante o terceiro trimestre de 2016 e a operação comercial da PCH é estimada para iniciar em abril de 2017.

(c) Continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional do Grupo no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentou capital circulante líquido combinado negativo de R\$ 119.744. Em compensação, apresentou geração líquida de caixa operacional combinada de R\$ 71.862 e efetuou investimentos combinados na construção dos parques eólicos e PCH no montante de R\$ 379.734, cujas operações comerciais em sua maioria foram iniciadas no final do exercício de 2016. As atuais projeções de fluxos de caixa operacional, de investimento e financiamento para 2017, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do aumento das operações comerciais de OE&I 1 por meio dos contratos de energia já acordados serão suficientes para a manutenção do capital de giro do Grupo e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade do Grupo de continuar operando nos próximos doze meses.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as informações da Omega e de suas controladas e da OE&I e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. As controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto da Omega e OE&I estão a seguir relacionadas:

Controladas e controladas em conjunto da Omega	Participações diretas e indiretas	
	2016	2015
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%
Hidrelétrica Pipoca S.A. (i)	51%	51%

(i) Controlada em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A.

Controladas da OE&I 1	Participações diretas e indiretas	
	2016	2015
Potami Energia S.A.	100%	100%
Musca Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca II Energia S.A.	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A.	100%	100%
Porto do Delta Energia S.A.	100%	100%
Sigma Energia S.A.	100%	100%

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detém o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detém autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de

2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Omega detém o controle de Asteri por meio da totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”).

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

Potami Energia S.A (“Potami”)

Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de dezembro de 2011, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

Testa Branca I Energia S.A. (“Testa I”) e Testa Branca III Energia S.A. (“Testa III”)

São sociedades anônimas de capital fechado, detidas integralmente por Potami, tratando-se de projetos eólicos localizados no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Testa I foi constituída em 22 de maio de 2013 e, por meio da Portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 353, de 17 de julho de 2014, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até julho de 2049 da Central Geradora Eólica denominada Testa Branca I e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por dez unidades geradoras de 2.200 kW. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2016.

Testa III foi constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca III e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, na qualidade de produtor independente de energia elétrica. O início de operação comercial ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2016.

Porto do Delta Energia S.A. (“Porto do Delta”, denominada Eólica Porto das Barcas S.A. até 20 julho de 2015)

Porto do Delta é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de julho de 2013 e, por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.088, de 30 de agosto de 2011, obteve autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração até setembro de 2041 da Central Geradora Eólica denominada Porto do Delta e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.800 kW de capacidade instalada, composta por 14 unidades geradoras de 2.200 kW, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí. O início de operação comercial ocorreu em novembro de 2016.

Musca Energia S.A (“Musca”)

Musca é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de maio de 2013, tendo como objetivo a participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH), parque eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), participação em outras sociedades e atividades acessórias necessárias ao cumprimento do seu objeto social.

Sigma Energia S.A. (“Sigma”)

A Sigma é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de Maio de 2000, detida integralmente por Musca, com sede no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.246, de 16 de julho de 2013, autorizou a Sigma a implantar e explorar, sob o regime de produção independente de energia elétrica, a Pequena Central Hidrelétrica Serra das Agulhas, localizada nos municípios de Diamantina e Monjolos, no Estado de Minas Gerais, constituída de dois geradores de 15.000 kW e potência instalada de 30.000 kW, incluindo as instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora. O início de exploração comercial é previsto para o mês de abril de 2017.

Testa Branca II Energia S.A. (“Testa II”)

Sociedades anônima de capital fechado, detida integralmente por Potami até 21 de março de 2016 quando, por cisão parcial de Potami, o investimento foi vertido integralmente para a Omega Energia e Implantação 1. Testa II foi constituída em 22 de maio de 2013, tendo como objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca II e seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 22.000 kW de capacidade instalada, composta por 10 unidades geradoras de 2.200 kW, localizado no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí, na qualidade de produtor independente de energia elétrica, aguardando sua viabilização através de venda da energia produzida em Leilão.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras combinadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota 13 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- Notas 17 e 30 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas dos recursos;

b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 27 - Instrumentos financeiros; e
- Nota 28 - Pagamento baseado em ações.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- As transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo valor justo na data da outorga.

3.5 Critérios de combinação

Essas demonstrações financeiras combinadas contemplam as seguintes empresas:

- Omega Geração S.A. e suas controladas
- Omega Energia e Implantação 1 S.A. e suas controladas

Essas companhias foram combinadas por estarem sob controle comum compartilhado conforme descrito na nota explicativa 1.1 e estas demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas, no que era pertinente, de acordo com os conceitos e técnicas aplicáveis para a consolidação de demonstrações contábeis conforme descrito na nota explicativa 4 a. abaixo.

As companhias combinadas não são operadas como uma única entidade legal, portanto, essas informações não são necessariamente indicativas de resultados obtidos ou de resultado futuro caso essas estivessem operando como uma única entidade legal. Portanto, as demonstrações financeiras combinadas não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

A composição dos ativos e patrimônios líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e os resultados dos exercícios e outros resultados abrangentes das companhias que fazem parte das demonstrações financeiras combinadas e os respectivos saldos combinados, eliminando as transações entre as partes, são assim apresentados:

	Total de ativos		Total do patrimônio líquido	
	2016	2015	2016	2015
Omega Geração S.A. e suas controladas	773.607	767.926	369.747	368.682
Omega Energia e Implantação 1 S.A. e suas controladas	649.971	301.226	134.629	128.340
	<u>1.423.578</u>	<u>1.069.152</u>	<u>504.376</u>	<u>497.022</u>
Eliminação de transações entre partes relacionadas	(4.706)	-	-	-
Saldos combinados consolidados	<u>1.418.872</u>	<u>1.069.152</u>	<u>504.376</u>	<u>497.022</u>

	Lucro (prejuízo) líquido		Outros resultados abrangentes	
	2016	2015	2016	2015
Omega Geração S.A. e suas controladas	26.601	4.776	26.601	4.776
Omega Energia e Implantação 1 S.A. e suas controladas	1.412	(2.556)	1.412	(2.556)
	<u>28.013</u>	<u>2.220</u>	<u>28.013</u>	<u>2.220</u>
Eliminação de transações entre partes relacionadas, lucros não realizados e operações financeiras	-	-	-	-
Resultados combinados consolidados	<u>28.013</u>	<u>2.220</u>	<u>28.013</u>	<u>2.220</u>

As demonstrações financeiras combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle compartilhado comum. A Omega e OE&I 1 utilizaram a definição de controle em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), tanto quanto à avaliação da existência de controle compartilhado comum como também quanto ao procedimento de consolidação.

4 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

i. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo, utilizando políticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pelo Grupo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada, que não resulta em perda de controle, é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual no qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

Os ativos imobilizados são depreciados de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. Esta norma estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do manual de controle patrimonial do setor elétrico - MCPSE, aprovado pela resolução normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, quais sejam:

Imobilizado em serviço	PCH		Usina Eólica (Gargau)		Usina Eólica (Complexo Delta)		Usina Eólica (OE&I 1)	
	31/12/2016	31/12/2015	12/31/2016	12/31/2015	12/31/2016	12/31/2015	12/31/2016	12/31/2015
Máquinas e equipamentos	3,16%	3,16%	4,80%	4,80%	4,56%	4,56%	4,60%	-
Reservatório, barragens e adutoras	2,56%	2,56%	-	-	-	-	-	-
Edificações	2,30%	2,30%	4,00%	4,00%	3,33%	3,33%	3,30%	-
Veículos	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%	10,00%	10,00%	6,25%	6,25%	6,25%	-
Administrativos								
Máquinas e equipamentos	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	-
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	-
Benfeitorias em bens de terceiros	1,65%	1,65%	1,65%	1,65%	1,65%	1,65%	1,65%	-

Complementarmente, para atendimento ao novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, as controladas Porto do Parnaíba, Porto das Barcas, Porto Salgado, Gargaú, Testa I, Testa III e Porto do Delta, cujos atos de outorga não prevêm indenização dos bens do imobilizado ao término dos respectivos prazos contratuais, passaram a complementar a quota mensal de depreciação desses bens de maneira a tê-los integralmente depreciados no final do prazo de autorização.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No caso das PCHs, a estimativa do valor residual do imobilizado leva em consideração a melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração e não amortizados ao final da autorização.

e. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O Grupo mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaizinho Energia S.A, atribuído ao direito de exploração da autorização. A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

O Grupo mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaiá Grande Energia S.A, atribuído ao direito de exploração da autorização. A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

O Grupo mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Gargaú Energética S.A atribuído a mais valia pela aquisição de sua carteira de clientes. A amortização é reconhecida por meio do método linear até outubro de 2032, quando encerra-se o contrato com a Eletrobrás.

O Grupo mantém saldo de intangível proveniente da aquisição de Porto do Delta Energia S.A., adquirida inicialmente pela parte relacionada Zeta Energia S.A. e vertido em julho de 2014 para o portfólio de ativos do Grupo. O ágio foi atribuído ao direito de exploração da autorização de exploração de Porto do Delta, sendo que a sua amortização será reconhecida no resultado por meio do método linear, no período entre novembro de 2016, data do início de sua exploração comercial, e setembro de 2041, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

ii. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. *Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício de 2016 e 2015 são as seguintes:

• Sistema ERP	5 anos
• Carteira de clientes de Gargaú	20 anos
• Direitos de exploração de autorização de Indaiá Grande e Indaiazinho	26 anos
• Direitos de exploração de autorização de Porto do Delta	25 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

i. *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Plano de opções

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido no resultado do exercício, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. O valor de mercado da opção foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de Black-Scholes.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As

provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i. Receita operacional

A receita operacional da venda de energia, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a vendedora, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional quando as vendas são reconhecidas.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos firmados entre as partes.

j. Arrendamentos

i. Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

ii. Ativos arrendados

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

iii. Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados, nas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mensais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para as demais empresas do Grupo, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstrações do valor adicionado, as quais são

apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam uma informação financeira adicional.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/16	31/12/15
Bancos	8.052	2.992
Aplicações financeiras de liquidez imediata	37.583	79.147
	<u>45.635</u>	<u>82.139</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata do Grupo referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, remunerados por uma taxa entre 70% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de dezembro de 2016 (entre 92,65% e 99,76% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

7 Clientes

	31/12/16	31/12/15
CCEAR (i)	1.499	8.391
Proinfra (ii)	6.175	9.047
Contratos bilaterais/Curto prazo	44.466	7.235
	<u>52.140</u>	<u>24.673</u>
Circulante	51.546	21.538
Não Circulante	594	3.135

Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Não foi considerado necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfra prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

(i) Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) firmados entre as controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas com 23 distribuidoras de energia, cujos valores serão liquidados financeiramente a partir de 2018 e, pela verificação de déficit de geração em todas essas controladas no ano de 2016, foi reconhecida uma redução na receita no montante de R\$ 3.132 nas

demonstrações financeiras combinadas. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Porto do Parnaíba mantém saldo a receber no ativo de R\$ 594 (saldo a receber de R\$ 2.373 em 31 de dezembro de 2015), enquanto as controladas Porto das Barcas e Porto Salgado mantém saldos passivos de R\$ 1.623 e R\$ 169, respectivamente (saldo a pagar de R\$1.201 na Porto das Barcas em 31 de dezembro de 2015 e saldo a receber de R\$762 na Porto Salgado em 31 de dezembro de 2015), conforme apresentado na nota nº 15.

(ii) Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), nos anos de 2016 e 2015, houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo do exercício seguinte no montante de R\$ 2.612 (R\$ 5.803 em 31 de dezembro de 2015).

8 Partes relacionadas

O Grupo é controlado em conjunto pelos fundos de investimento geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e Warburg Pincus.

Transações com partes relacionadas

	Combinado	
	31/12/16	31/12/15
Balço patrimonial		
Ativo Circulante		
Outros créditos (a)		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	143	-
Omega Desenvolvimento S.A.	1.446	239
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	1.448	261
Omega Gestora de Recursos S.A.	459	70
Dividendos a receber		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	1.336	617
	<u>4.832</u>	<u>1.187</u>
Balço patrimonial		
Passivo Circulante		
Fornecedores (b)		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	(74)	-
Outras obrigações (a)		
Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	(239)	-
Omega Desenvolvimento de Energia S.A.	(330)	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(4.028)	-
	<u>(4.672)</u>	<u>-</u>
Outras obrigações (c)		
Omega Desenvolvimento de Energia S.A.	(1.847)	-
	<u>(1.847)</u>	<u>-</u>
	<u>(6.519)</u>	<u>-</u>

	Combinado	
	31/12/16	31/12/15
Resultado		
Receita operacional líquida (b)		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	(60)
Custos da operação e conservação (b)		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	421	-
Reembolso de despesas (a)		
debitados (creditados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais		
Hidrelétrica Pipoca S.A.	(927)	(512)
Omega Gestora de Recursos S.A	-	(70)
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(438)	261
Omega Desenvolvimento S.A.	977	239
	<u>33</u>	<u>(142)</u>
Resultado financeiro (c)		
Omega Desenvolvimento Energia S.A.	<u>62</u>	<u>-</u>
	<u>62</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(b) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

(c) Contratos de mútuo financeiro, com vencimentos previstos para maio de 2017 e com remuneração pela taxa DI divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”).

A Omega garante obrigações estabelecidas em:

- i. Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, Porto do Parnaíba, Porto Salgado, Porto das Barcas, Gargaú e Pipoca;
- ii. Contrato financeiro firmado por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta;
- iii. Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas;
- iv. Fiança bancária firmada por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta; e
- v. Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado pela Omega Energia & Implantação 1.

Remuneração do pessoal chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	31/12/16	31/12/15
Salário / Pró-Labore	1.599	1.494
Benefícios Diretos e Indiretos	231	137
Remuneração Variável	1.060	1.189
Total Remuneração	<u>2.890</u>	<u>2.820</u>

9 Tributos a recuperar

	31/12/16	31/12/15
PIS/COFINS (i)	5.770	6.061
CSLL	1.354	1.151
IRRF (ii)	7.384	7.275
ICMS (iii)	2.568	2.757
Outros	4	14
	<u>17.080</u>	<u>17.258</u>
Circulante	<u>12.843</u>	<u>12.790</u>
Não Circulante	<u>4.237</u>	<u>4.468</u>

(i) Compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação dos parques eólicos, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

(ii) Compreende basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras além de impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

(iii) Compreende basicamente a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das PCHs Indaia Grande e Indaiazinho.

10 Caixa restrito

	31/12/16	31/12/15
Aplicações financeiras	<u>33.032</u>	<u>26.882</u>

O caixa restrito do Grupo refere-se à instrumentos de renda fixa, contratados em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 16, remunerados entre 98% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016 (entre 98% e 102% do CDI em 31 de dezembro de 2015). Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

11 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa pela Omega Geração S.A. das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	<u>Combinado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.289
Amortização	<u>(4.521)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u><u>3.768</u></u>

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

12 Investimentos

Pipoca é um empreendimento em conjunto em que o Grupo tem controle compartilhado e nele possui uma participação de 51%. É uma PCH localizada no rio Manhuaçu e possui capacidade instalada de 20 MW.

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel com base em suas demonstrações financeiras:

Pipoca - Informações contábeis

<u>Balço Patrimonial</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>DRE exercício findo em</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Total do ativo	118.030	114.139	Receita operacional líquida	24.714	22.020
Circulante	16.684	10.155	Custos da operação e conservação	(7.442)	(10.649)
Não circulante	101.346	103.984	Despesas operacionais	(1.127)	(1.705)
Realizável a Longo Prazo	3.493	3.044	Resultado financeiro líquido	(3.658)	(3.203)
Imobilizado e intangível	97.853	100.940	Despesa de Imposto de renda e CSLL	(1.455)	(1.368)
Total do passivo	118.030	114.139	Resultado do exercício	11.032	5.095
Circulante	11.110	10.020			
Não circulante	44.962	50.573			
Patrimônio líquido	61.958	53.546			

O quadro a seguir demonstra as movimentações no investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Custo</u>	<u>Direito de exploração</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.308	1.672	28.980
Amortização do direito de exploração	-	(106)	(106)
Resultado da equivalência patrimonial	5.626	-	5.626
Dividendos	(1.336)	-	(1.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.598	1.566	33.164

13 Imobilizado

Composição

	31/12/16			31/12/15		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	933.721	(94.590)	839.131	514.672	(66.567)	448.105
Reservatório, barragens e adutoras	113.569	(10.550)	103.019	113.569	(8.159)	105.410
Edificações	55.578	(5.682)	49.896	50.064	(4.270)	45.794
Terrenos	12.411	-	12.411	12.411	-	12.411
Veículos	47	(31)	16	47	(26)	21
Móveis e utensílios	254	(84)	170	201	(69)	132
	<u>1.115.580</u>	<u>(110.937)</u>	<u>1.004.643</u>	<u>690.964</u>	<u>(79.091)</u>	<u>611.873</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	1.265	(784)	481	1.196	(644)	552
Móveis e utensílios	417	(212)	205	366	(174)	192
Benfeitorias em bens de terceiros	426	(419)	7	426	(415)	11
	<u>2.108</u>	<u>(1.415)</u>	<u>693</u>	<u>1.988</u>	<u>(1.233)</u>	<u>755</u>
Imobilizado em curso	<u>197.724</u>	<u>-</u>	<u>197.724</u>	<u>239.395</u>	<u>-</u>	<u>239.395</u>
Total	<u><u>1.315.412</u></u>	<u><u>(112.352)</u></u>	<u><u>1.203.060</u></u>	<u><u>932.347</u></u>	<u><u>(80.324)</u></u>	<u><u>852.023</u></u>

Movimentação no exercício

	<u>Valor líquido</u>				<u>Valor líquido</u>
	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/16</u>
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	448.105	56	(28.023)	418.993	839.131
Reservatório, barragens e adutoras	105.410	-	(2.391)	-	103.019
Edificações	45.794	530	(1.412)	4.984	49.896
Terrenos	12.411	-	-	-	12.411
Veículos	21	-	(5)	-	16
Móveis e utensílios	132	-	(15)	53	170
	<u>611.873</u>	<u>586</u>	<u>(31.846)</u>	<u>424.030</u>	<u>1.004.643</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	552	51	(139)	17	481
Móveis e utensílios	192	4	(38)	47	205
Veículos	-	-	-	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	11	-	(4)	-	7
	<u>755</u>	<u>55</u>	<u>(181)</u>	<u>64</u>	<u>693</u>
Imobilizado em curso	<u>239.395</u>	<u>379.182</u>	<u>-</u>	<u>(420.853)</u>	<u>197.724</u>
Total do imobilizado	<u>852.023</u>	<u>379.823</u>	<u>(32.027)</u>	<u>3.241</u> (i)	<u>1.203.060</u>

(i) Refere-se a transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$22.067 (R\$8.604 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A taxa média ponderada anual dos encargos financeiros da dívida utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de imobilizado em serviço, foi de 6,2% a.a. em 2016 (5,4% a.a. em 2015).

Imobilizado em serviço

Os saldos de imobilizado em serviço referem-se substancialmente a conclusão da construção da PCH Serra das Agulhas que será operada pela controlada Sigma, cuja previsão de início da operação comercial é para o mês de abril de 2017.

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

O Grupo avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados, investimentos em empreendimentos de controle compartilhado e intangíveis de suas unidades geradoras de caixa. Portanto, ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Omega Geração S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores externos de impairment, como a retração econômica e consequente redução do consumo de energia e também em menor relevância por condições climáticas desfavoráveis para geração eólica. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Omega atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, não teve mudança no uso dos ativos, não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também não apresentou declínio de desempenho dos seus ativos. As unidades geradoras de caixa da Omega Geração são: Gargaú, Complexo Delta, Pipoca, Indaiá Grande e Indaiazinho.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante os respectivos prazos de autorização. A Administração considerou a prorrogação das autorizações como premissa por meio do entendimento de regulamentação da Aneel.

As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de volume de venda de energia; (iii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iv) disponibilidade de capacidade de geração de energia; e (v) outras condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas compatíveis com o custo médio ponderado de capital aplicado pelo mercado em que a Companhia e suas controladas atuam, que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

O resultado dos testes de impairment não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

14 Intangível

Composição

	31/12/16			31/12/15		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível						
Licenças de software	1.288	(1.023)	265	1.449	(849)	600
ERP	1.762	(1.202)	560	1.762	(1.050)	712
Sistema de Transmissão	624	(83)	541	624	(42)	582
Direitos de autorização e Carteira de clientes	23.923	(4.788)	19.135	23.923	(3.667)	20.256
Outros	131	(33)	98	3.099	(26)	3.073
Total do intangível	27.728	(7.129)	20.599	30.857	(5.634)	25.223

Movimentação do exercício

	Valor líquido	Adições	Amortização	Transferências para o imobilizado	Valor líquido
	31/12/15				31/12/16
Intangível					
Licenças de software	600	104	(166)	(273)	265
ERP	712	-	(152)	-	560
Sistema de Transmissão	582	-	(41)	-	541
Direitos de autorização e Carteira de clientes	20.256	-	(1.121)	-	19.135
Outros	3.073	-	(7)	(2.968)	98
Total do intangível	25.223	104	(1.480)	(3.241)	20.501

15 Fornecedores

	Combinado	
	31/12/16	31/12/15
Fornecedores de equipamentos (i)	44.985	31.956
CCEAR Déficit (ii)	1.792	1.201
Compra de energia	8.155	4
Outros	10.089	6.454
	<u>65.021</u>	<u>39.615</u>
Circulante	53.084	19.347
Não Circulante	11.937	20.268

(i) Parte do saldo do circulante e do não circulante em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$10.146 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.144 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente (R\$19.063 no não circulante em 31 de dezembro de 2015), é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas (Complexo Delta) ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA. O montante remanescente de R\$24.695 são relacionados a valores a pagar de aquisições de materiais e serviços prestados por terceiros na construção das demais PCHs e usinas eólicas.

(ii) Refere-se a ajustes de geração nos respectivos contratos, a serem liquidados financeiramente a partir de 2018, conforme explicado na nota 7.

16 Empréstimos e financiamentos

	31/12/16	31/12/15
	Empréstimo - BNDES	714.197
Empréstimo - Banco ABC	57.419	74.124
Empréstimo - Banco Fibra	20.511	-
Custo de captação	(4.068)	(3.936)
	<u>788.059</u>	<u>499.803</u>
Circulante	134.194	107.382
Não Circulante	653.865	392.421

Movimentação no exercício

	Principal	Encargos	Custo Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	498.916	4.823	(3.936)	499.803
Adição Empréstimos	364.034	-	-	364.034
Amortização Empréstimos	(102.492)	-	-	(102.492)
Adição Debêntures	4.601	-	-	4.601
Amortização Debêntures	(4.601)	-	-	(4.601)
Amortização custo de transação	-	-	705	705
Adição Custo de transação	-	-	(837)	(837)
Encargos financeiros pagos	-	(35.500)	-	(35.500)
Encargos financeiros provisionados	-	62.346	-	62.346
Capitalização de Juros	21.772	(21.772)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	782.230	9.897	(4.068)	788.059

Controlada	Instituição financeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Combinado	
					Início	Fim					31/12/16	31/12/15
Indaíá Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	junho de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	49.196	55.981
Indaizinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	junho de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	34.520	39.281
Cargaú	BNDES	79.513	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	Subcrédito A TJLP + 2,34% a.a. Subcrédito B TJLP + 5,5% a.a.	N/A	47.256	51.375
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2020	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	55.171	58.314
Porto do Pamaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2020	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	83.148	87.886
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2020	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	49.831	52.673
Sigma	BNDES	96.626.730	agosto de 2015	96.290.592	agosto de 2017	julho de 2037	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,02%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	106.398	84.105
Testa Branca I	ABC	22.100.000	julho de 2015	22.100.000	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	23.393
Testa Branca I	BNDES	69.500.000	junho de 2016	69.500.000	fevereiro de 2017	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	72.046	-
Testa Branca III	ABC	22.900.000	julho de 2015	22.900.000	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	24.255
Testa Branca III	BNDES	84.312.000	junho de 2016	83.312.000	fevereiro de 2017	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,48%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	86.382	-
Porto do Delta	ABC	25.000.000	julho de 2015	25.000.000	abril de 2016	abril de 2016	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 2,35%	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	-	26.477
Porto do Delta	BNDES	128.324.000	junho de 2016	125.762.400	fevereiro de 2017	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	130.249	-
OE&I 1	ABC	29.600.000 (1a. Série) 22.400.000 (2a. Série)	maio de 2016	29.600.000 (1a. Série) 22.400.000 (2a. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 3,50% (1a. Série) CDI + 2,35% (2a. Série)	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	57.419	-
OE&I 1	FIBRA	11.400.000 (1a. Série) 8.600.000 (2a. Série)	maio de 2016	11.400.000 (1a. Série) 8.600.000 (2a. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	setembro de 2017 (1a. Série) setembro de 2017 (2a. Série)	bullet	Financiamento da Usina	CDI + 3,50% (1a. Série) CDI + 2,35% (2a. Série)	Fiança Corporativa da Omega Geração S.A.	20.511	-
											792.127	903.740

16.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	125.086	184.882
2018	60.423	107.632
2019	53.929	102.805
2020 a 2022	161.788	280.952
2023 a 2025	130.154	211.611
2026 a 2028	116.615	168.237
2029 a 2030	144.132	177.530
	792.127	1.233.649

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando a TJLP em 31 de dezembro de 2016.

16.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 10), cessão dos direitos creditórios e emergentes

da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações das Companhias e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

16.3 Covenants Financeiros

As controladas Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para a controlada Gargaú esses índices tem sido atendidos nos últimos exercícios e, para as controladas Porto das Barcas e Porto Salgado a aplicação desses covenants passou a ser exigida em dezembro de 2015, também atendidos desde então. Para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, quanto ao ICSD, os índices foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e, para 31 de dezembro de 2015, foi obtida dispensa de sua apuração.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentaram pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito, qual seja 30 de junho de 2016, o qual permanece em análise pelo BNDES. Apresentamos a seguir os índices em 31 de dezembro de 2016.

Controlada	ICP		ICSD	
	Exigido	Obtido	Exigido	Obtido
Indaiá Grande	≥ 25%	≥ 55%	≥ 1,30	≥ 1,65
Indaiazinho	≥ 25%	≥ 52%	≥ 1,30	≥ 1,72
Porto Salgado	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,91
Porto do Parnaíba	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,43
Porto das Barcas	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,52
Gargaú	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 2,1

16.4 Cartas de fiança bancária

O Grupo mantém R\$329.113 (R\$ 320.113 em 31 de dezembro de 2015) de fianças, com vencimento entre junho de 2017 e novembro de 2018, com o objetivo de garantia de financiamentos junto ao BNDES.

17 Provisões diversas

	31/12/16	31/12/15
Provisão de compra de energia (i)	15.079	2.882
Provisão - valor retido de fornecedor (ii)	8.771	8.847
Provisão GSF (iii)	-	2.568
Outras	3.497	1.045
	<u>27.347</u>	<u>15.342</u>

(i) Corresponde à compras de energia realizadas pela Omega Comercializadora e ainda não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.

(ii) Corresponde ao montante líquido provisionado nas controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 30.

(iii) Como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) sofreram, notadamente no ano de 2015, com o baixo percentual de GSF (Generation Scalator Factor) que, naquele ano, reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% para essas usinas.

As controladas Indaiá Grande e Indaiazinho ingressaram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes.

O montante relativo ao GSF não aplicado originado integralmente no ano de 2015, enquanto as Companhias eram participante do MRE, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado e alcançou o montante de R\$2.568.

Em 15 de julho de 2016, houve a queda da liminar referente ao GSF, o que resultou na necessidade do pagamento dos valores suspensos no montante provisionado. Esses valores foram considerados pela CCEE apenas no cálculo da contabilização de junho de 2016, com pagamento em 8 de agosto de 2016. A liminar foi reestabelecida em 10 de agosto de 2016, e os valores pagos ainda não foram devolvidos pela CCEE.

18 Passivo fiscal diferido

<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (i)	9.951	10.021
Base Depreciação incentivada (ii)	(18.493)	(15.658)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(8.542)</u>	<u>(5.637)</u>
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (i)	(70)	(383)
Base Depreciação incentivada (ii)	(2.835)	(2.812)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.905)</u>	<u>(3.195)</u>

(i) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(ii) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de dezembro de 2016, O Grupo apresentava saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social de R\$ 112.038 (R\$ 83.459 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de sua expectativa de realização não ser considerada provável.

19 Patrimônio líquido

A tabela a seguir demonstra os elementos do grupo de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Omega Geração	Omega Energia e Implantação 1 S.A.	Total
Capital social	265.296	138.263	403.559
(-) Capital social a integralizar	-	(4.017)	(4.017)
Reservas de capital	32.191	-	32.191
Reserva de lucros	-	383	383
Prejuízos acumulados	(1.953)	-	(1.953)
Total da participação de controladores	295.534	134.629	430.163
Participação de não-controladores	74.213	-	74.213
Total do patrimônio líquido	369.747	134.629	504.376

Capital social

Omega Geração

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$265.296, representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Acionistas		31/12/16 e 31/12/15	
		Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>

Omega Energia e Implantação 1

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$138.263, representado por 139.206.545 ações ordinárias (R\$129.362 em 31 de dezembro de 2015, representado por 130.305.819 ações ordinárias).

Acionistas		31/12/16		31/12/15	
		Ações ON	%	Ações ON	%
Omega Desenvolvimento I Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon e Warburg Pincus	137.946.598	99,09%	129.126.431	99,09%
Administradores	- Diretoria	1.259.947	0,91%	1.179.388	0,91%
		<u>139.206.545</u>	<u>100,00%</u>	<u>130.305.819</u>	<u>100,00%</u>

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de março de 2016, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$4.884, com emissão de 4.883.727 novas ações ordinárias.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$4.017, com emissão de 4.016.999 novas ações ordinárias cuja integralização ocorreu em janeiro de 2017.

Distribuição dos lucros

Omega Geração

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a

variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembléia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Na Assembléia Geral Ordinária de Asteri, realizada em 30 de abril de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no valor de R\$9.083, sendo R\$1.068 registrado em 2015 como dividendo mínimo obrigatório.

Na Assembléia Geral Extraordinária de Asteri, realizada em 29 de novembro de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no total de R\$13.000, do qual o valor de R\$4.769 foi originado do lucro líquido auferido até 30 de setembro de 2016.

Omega Energia e Implantação 1

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 2% (dois por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Lucro líquido do exercício de 2016	1.412
Compensação de prejuízos	(1.022)
Lucro líquido ajustado	<u>390</u>
<u>Destinação:</u>	
Reserva legal	19
Dividendo mínimo obrigatório	7
Reserva de dividendos	<u>364</u>
	<u>390</u>

20 Receita operacional líquida

	31/12/16		31/12/15	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total receita bruta	244.696	1.365.880	152.548	841.414
Proinfa	29.076	68.157	29.596	76.162
CCEAR	17.615	155.665	36.830	287.328
Mercado Livre	180.371	1.016.481	77.838	383.571
CCEE	2.468	23.255	8.224	26.687
Partes relacionadas - nota 8	-	-	60	67.666
Impostos	(15.528)		(9.325)	
	214.002		143.223	

21 Custos da operação e conservação

	Combinado	
	31/12/16	31/12/15
Compra Energia	(80.324)	(41.208)
Depreciação	(31.844)	(27.624)
Operação e manutenção	(17.259)	(17.737)
Pis e Cofins a compensar	7.960	3.084
Outros	(1.308)	(964)
	(122.775)	(84.449)

22 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	31/12/16	31/12/15
Despesas de Pessoal	(9.082)	(16.441)
Depreciação e Amortização	(1.775)	(2.255)
Despesas Gerais	(568)	(382)
Despesas com ocupação	(228)	(147)
Operação e manutenção	(999)	(205)
Outras	(2.451)	(4.013)
	(15.103)	(23.443)

Os valores de despesas com pessoal em 31 de dezembro de 2016 estão apresentados líquidos de valores reembolsáveis de partes relacionadas e valores capitalizados no ativo imobilizado, nos montantes de R\$388 (R\$82 em 31 de dezembro de 2015) e R\$5.777 (R\$466 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquido

Refere-se principalmente a indenização aplicada pelas controladas de OE&I 1 a fornecedor, pela entrega em atraso de equipamentos, no valor líquido de impostos de R\$8.877, recebido em dezembro de 2016.

24 Despesas financeiras líquidas

	31/12/16	31/12/15
<u>Receitas Financeiras</u>		
Juros s/ aplicações financeiras	9.059	11.994
Receita Debêntures		283
Outras receitas	715	841
Pis e Cofins sobre receita financeira	(441)	(212)
	<u>9.333</u>	<u>12.906</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros s/ empréstimos	(62.346)	(39.269)
Capitalização de juros sobre financiamentos	22.067	8.604
IOF	(4.501)	(15)
Comissão sobre Fiança	(8.972)	(5.332)
Assessoria financeira	(706)	(694)
Outras despesas	(4.785)	(3.320)
	<u>(59.243)</u>	<u>(40.026)</u>
	<u>(49.910)</u>	<u>(27.120)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	31/12/16	31/12/15
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.793	10.927
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(13.530)	(3.715)
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(3)	(22)
Equivalência patrimonial	1.913	883
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	2.241	(2.092)
Compensação prejuízos fiscais não ativados	1.567	253
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(3.968)	(4.014)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(11.780)</u>	<u>(8.707)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>29,6%</u>	<u>79,7%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, certas companhias integrantes do combinado apresentavam saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$119.152 (R\$112.038 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativo, em face de sua expectativa de recuperação não ser considerada provável.

26 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros com as coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

27 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de risco apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Cauções e depósitos vinculados mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes	6	45.635	82.139
Clientes	7	52.140	24.673
Caixa restrito	10	33.032	26.882
		<u>130.807</u>	<u>133.694</u>

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP e a CDI.

Análise da sensibilidade

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual o Grupo está exposto, na data de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e do CDI para as aplicações financeiras de liquidez imediata, o caixa restrito e outros financiamentos do Grupo, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 com taxa de 7,5% da TJLP e 14% do CDI, e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>TJLP</u>	Combinado				
	Exposição em	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
	31/12/2016				
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	(49.195)	variação da TJLP	(5.123)	(6.070)	(7.018)
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	(34.520)	variação da TJLP	(3.520)	(4.184)	(4.847)
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	(47.256)	variação da TJLP	(4.733)	(5.640)	(6.546)
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - BARCAS	(55.171)	variação da TJLP	(5.431)	(6.488)	(7.545)
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SALGADO	(49.832)	variação da TJLP	(4.905)	(5.860)	(6.815)
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PARNAIBA	(83.148)	variação da TJLP	(8.185)	(9.778)	(11.371)
Testa Branca I - BNDES	(72.046)	variação da TJLP	(7.324)	(8.709)	(10.093)
Testa Branca III - BNDES	(86.382)	variação da TJLP	(8.782)	(10.441)	(12.101)
Porto do delta - BNDES	(130.249)	variação da TJLP	(13.241)	(15.744)	(18.247)
Sigma - BNDES	(106.398)	variação da TJLP	(10.290)	(12.326)	(14.361)
Total	<u>(714.197)</u>		<u>(71.534)</u>	<u>(85.240)</u>	<u>(98.944)</u>
<u>CDI</u>					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	37.583	variação da CDI	5.262	6.577	7.892
Caixa restrito	33.032	variação da CDI	4.624	5.781	6.937
OE&I 1 Empréstimo ABC	(57.419)	variação da CDI	(8.039)	(10.048)	(12.058)
OE&I 1 Empréstimo Fibra	(20.511)	variação da CDI	(2.872)	(3.589)	(4.307)
	<u>(7.315)</u>		<u>(1.024)</u>	<u>(1.280)</u>	<u>(1.536)</u>

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 16.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na nota nº 16.3.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Categoria
	31/12/16	31/12/15	
Caixas e equivalentes	45.635	82.139	A
Caixa restrito	33.032	26.882	B
Clientes	52.140	24.673	C
Empréstimos e financiamentos	788.059	499.803	D
Fornecedores	65.021	39.615	D

- A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado
- B - Mantidos até o vencimento
- C - Empréstimos e recebíveis
- D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

O Grupo detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a depósitos bancários no montante de R\$ 8.052 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.992 em 31 de dezembro de 2015) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$ 37,583 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 79,147 em 31 de dezembro de 2015).

28 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Omega aprovaram um plano de opções de compra de ações da Omega em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Omega. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

<u>Programa</u>	<u>Outorgado</u>	<u>Strike (R\$/ação)</u>	<u>Outorga</u>	<u>Vesting</u>
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	<u>1.384.642</u>	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Omega. Como não houve novas outorgas de opções nos exercícios de 2016 e 2015, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado.

29 Compromissos

Os empreendimentos têm como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorrem em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

O Grupo mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, nos montantes médios anuais de 25,75 MWm em 2017 e 5,25 MW entre 2018 e 2022.

a) *Arrendamentos mercantis operacionais*

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é

determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante o exercício de 2016 o montante de R\$1.520 (R\$1.620 no exercício de 2015) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	<u>31/12/16</u>
Até um ano	4.078
Entre um ano e quatro anos	11.153
Mais de quatro anos	<u>60.925</u>
	<u><u>76.156</u></u>

30 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no montante estimado atualizado de R\$18.065 em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante estimado atualizado de R\$37.237, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração do Grupo classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial e, para o pleito do fornecedor, avalia a chance de perda como remota o valor de R\$20.897 e como possível R\$16.340.

31 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração do Grupo, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, o Grupo concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

32 Eventos subsequentes

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a coligada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.